

Alto Sertão Participações S.A. – em
recuperação judicial e Controladas

Demonstrações financeiras
referentes ao exercício findo em
31 de dezembro de 2019 e
Relatório do Auditor Independente

ÍNDICE

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	3
BALANÇO PATRIMONIAL.....	6
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.....	7
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	8
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	9
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	10
1. INFORMAÇÕES GERAIS.....	11
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	15
3. PRINCÍPIOS DA CONSOLIDAÇÃO.....	20
4. Caixa e equivalentes de caixa (CONSOLIDADO)	20
5. TRIBUTOS A RECUPERAR (CONSOLIDADO).....	20
6. INVESTIMENTOS	21
7. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)	22
8. FORNECEDORES (CONSOLIDADO).....	24
9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)	24
10. TRIBUTOS A RECOLHER (CONSOLIDADO)	26
11. CONTAS A PAGAR – CCEE (CONSOLIDADO).....	26
12. OUTRAS CONTAS A PAGAR.....	27
13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	27
14. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, FISCAIS E TRABALHISTAS (CONSOLIDADO)	28
15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	28
16. DESPESAS (RECEITAS)	29
17. RESULTADO FINANCEIRO.....	30
18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	30
19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	31
20. COBERTURA DE SEGUROS.....	33
21. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA.....	34
22. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	34

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da

Alto Sertão Participações S.A. – em recuperação judicial

São Paulo - SP

Abstenção de opinião

Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Alto Sertão Participações S.A. – em recuperação judicial (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Não expressamos uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas pois, devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Base para abstenção de opinião

1. Conforme descrito na nota explicativa 1, em 16 de outubro de 2019 foi deferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo o pedido de recuperação judicial da Companhia e de determinadas controladas. Em 17 de dezembro de 2019, a Administração apresentou o plano de recuperação judicial que encontra-se em fase de discussão com os credores e stakeholders e cuja implementação depende da aprovação em Assembleia Geral de Credores. A base de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a realização dos ativos, bem como o adequado registro dos passivos e provisões, depende da conclusão e êxito do plano de recuperação judicial. Desta forma, não nos foi possível concluir se as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia deveriam ser preparadas com base em um pressuposto de continuidade operacional ou se deveriam ser preparadas numa base de liquidação. Conforme mencionado na nota explicativa 7, em virtude das incertezas inerentes ao processo de recuperação judicial, a Companhia não realizou para 31 de dezembro de 2019, o teste de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado em curso, composto pelos ativos do Complexo Alto Sertão III no montante de R\$ 1.250.861 mil na data base, que é requerido pelo pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, não sendo possível avaliar se haveria necessidade de complemento ao valor da provisão existente para impairment destes ativos em 31 de dezembro de 2019.

2. Em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 1.385.324 mil no consolidado e, nessa data, a Companhia apresentou prejuízos acumulados na controladora e no consolidado de R\$ 1.762.817 mil, prejuízo no exercício de R\$ 536.630 mil, individual e consolidado, e patrimônio líquido negativo de R\$ 198.861 mil. Essa situação indica a existência de incerteza relevante que levanta dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas e dúvida quanto à base de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Em 31 de dezembro de 2019, os ativos e passivos individuais e consolidados da Companhia foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios.
3. As incertezas significativas acima destacadas, não nos possibilitam concluir como, quando e por quais valores os ativos serão realizados e os passivos serão pagos. Eventos significativos futuros, que não podemos prever seu desfecho, gerarão impactos importantes nas operações da Companhia e suas controladas. Esses impactos podem afetar de maneira significativa a forma e os valores que esses ativos serão realizados e esses passivos serão pagos. Também não podemos concluir como os ativos serão realizados e os passivos serão pagos, se por meio das operações da Companhia e suas controladas ou se por meio de venda de parte ou de todos os ativos.

Outros assuntos

Aprovação das demonstrações financeiras e destinações dos resultados de exercícios anteriores

As demonstrações financeiras da Alto Sertão Participações S.A. – em recuperação judicial referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 31 de dezembro de 2017, 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 não foram aprovadas em Assembleia Geral Ordinária, conforme previsto no artigo 132 da Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76). As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram preparadas no pressuposto de que apesar da ausência da aprovação em Assembleia Geral Ordinária, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pelos acionistas da Companhia.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras consolidadas da companhia e suas controladas de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras consolidadas.

Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Salvador, 01 de outubro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP 015.199/O-6



Shirley Nara S. Silva
Contadora CRC-1BA 022.650/O-0

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
 (Em milhares de reais – R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Consolidado		Controladora		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018			31/12/2019	31/12/2018		
CIRCULANTES						CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	4	18	1.355	-	-	Fornecedores	8	206.480	153.547	-	100
Tributos a recuperar	5	2.994	2.223	-	-	Empréstimos e financiamentos	9	1.122.080	955.036	23.123	19.446
Despesas antecipadas		426	2.090	-	-	Tributos a recolher	10	3.791	15.107	-	-
Outros créditos		143	103	-	-	Arrendamentos a pagar	7.2	55	-	-	-
Total do ativo circulante		<u>3.581</u>	<u>5.771</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	Contas a pagar - CCEE	11	31.572	19.723	-	-
						Partes relacionadas	13	7.127	1.873	-	-
						Outras contas a pagar	12	17.800	1.658	-	-
						Total do passivo circulante		<u>1.388.905</u>	<u>1.146.944</u>	<u>23.123</u>	<u>19.546</u>
NÃO CIRCULANTES						NÃO CIRCULANTES					
Depósitos Judiciais		1.414	87	-	-	Arrendamentos a pagar	7.2	10.917	-	-	-
Partes relacionadas	13	-	-	51.951	4.816	Tributos a recolher	10	9.114	-	-	-
Investimentos	6	-	-	-	200.579	Contas a pagar - CCEE	11	848	-	-	-
Imobilizado	7	1.261.579	1.328.865	-	-	Partes relacionadas	13	51.951	4.816	51.951	4.816
Total do ativo não circulante		<u>1.262.993</u>	<u>1.328.952</u>	<u>51.951</u>	<u>205.395</u>	Provisão para perda sobre investimentos	6	-	-	175.738	-
						Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	14	3.700	1.930	-	-
						Total do passivo não circulante		<u>76.530</u>	<u>6.746</u>	<u>227.689</u>	<u>4.816</u>
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO					
						Capital social	15	1.563.956	1.407.220	1.563.956	1.407.220
						Prejuízos acumulados		<u>(1.762.817)</u>	<u>(1.226.187)</u>	<u>(1.762.817)</u>	<u>(1.226.187)</u>
						Total do patrimônio líquido		<u>(198.861)</u>	181.033	<u>(198.861)</u>	181.033
						TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
TOTAL DO ATIVO		<u>1.266.574</u>	<u>1.334.723</u>	<u>51.951</u>	<u>205.395</u>			<u>1.266.574</u>	<u>1.334.723</u>	<u>51.951</u>	<u>205.395</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
RECEITA (DESPESAS)					
Gerais e administrativas		(20.502)	(21.026)	100	-
Amortizações	7	(530)	-	-	-
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	7	(193.363)	(143.895)	-	-
Outras receitas (despesas) líquidas		(50.129)	(29.587)	-	-
Total	16	(264.524)	(194.508)	100	-
Resultado de equivalência patrimonial	6	-	-	(533.053)	(370.196)
Total		(264.524)	(194.508)	(532.953)	(370.196)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(264.524)	(194.508)	(532.953)	(370.196)
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		120	11	-	-
Despesas financeiras		(272.469)	(177.883)	(3.677)	(2.184)
Total	17	(272.349)	(177.872)	(3.677)	(2.184)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(536.873)	(372.380)	(536.630)	(372.380)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	18	243	-	-	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(536.630)	(372.380)	(536.630)	(372.380)
Prejuízo básico e diluído por ação (expresso em reais - R\$)	15.3			(0,36)	(0,29)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais – R\$)

	Consolidado		Controladora	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Prejuízo do exercício	(536.630)	(372.380)	(536.630)	(372.380)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(536.630)</u>	<u>(372.380)</u>	<u>(536.630)</u>	<u>(372.380)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais – R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido da controladora e consolidado
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		1.348.077	(109.099)	(853.807)	385.171
Aumento de capital		168.242	-	-	168.242
Prejuízo do exercício		-	-	(372.380)	(372.380)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		1.516.319	(109.099)	(1.226.187)	181.033
Aumento de capital	15.2	55.549	109.099	-	164.648
Redução de capital	15.2	(7.912)	-	-	(7.912)
Prejuízo do exercício		-	-	(536.630)	(536.630)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	15	<u>1.563.956</u>	<u>-</u>	<u>(1.762.817)</u>	<u>(198.861)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais – R\$)

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo do exercício		(536.630)	(372.380)	(536.630)	(372.380)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:					
Resultado de equivalência patrimonial	6	-	-	533.053	370.196
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	7	193.362	143.895	-	-
Amortizações	7	530	-	-	-
Valor residual do ativo imobilizado baixado	7	6.740	-	-	-
Comissões e outras penalidades	9.1	52.150	-	1.042	-
Juros sobre empréstimos	9.1, 17	160.388	111.988	2.635	2.184
Multa sobre ressarcimento	11.1	25.914	15.384	-	-
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas		1.770	1.930	-	-
Perdão da dívida	16	-	(918)	-	-
Juros sobre fornecedores e tributos a recolher		28.205	24.752	-	-
Atualização depósitos judiciais		(9)	-	-	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Tributos a recuperar		(771)	(1.075)	-	-
Despesas antecipadas		1.664	(1.804)	-	-
Depósitos judiciais		(1.318)	-	-	-
Outros créditos		(40)	104	-	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		29.711	17.618	(100)	(3)
Tributos a recolher		(4.558)	3.130	-	-
Outras contas a pagar		-	38	-	-
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos	9.1	(3.312)	-	-	-
Pagamento multa sobre ressarcimento	11.1	(13.217)	(14.319)	-	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(727)	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		<u>(60.148)</u>	<u>(71.657)</u>	<u>-</u>	<u>(3)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aportes de capital em investidas	6.1, 21	-	-	(50.026)	(124.788)
Aquisição de imobilizado	7, 21	(21.330)	(3.168)	-	-
Partes relacionadas		-	-	(51.951)	(4.816)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(21.330)</u>	<u>(3.168)</u>	<u>(101.977)</u>	<u>(129.604)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Aumento de capital	15.2, 21	50.026	124.791	50.026	124.791
Valores recebidos de empréstimos e financiamentos	9.1	24.400	-	-	-
Pagamentos de empréstimos	9.1, 21	(50.689)	(60.000)	-	-
Pagamento de passivos de arrendamento	7.2	(1.332)	-	-	-
Partes relacionadas		57.736	11.304	51.951	4.816
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>80.141</u>	<u>76.095</u>	<u>101.977</u>	<u>129.607</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(1.337)</u>	<u>1.270</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	1.355	85	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	18	1.355	-	-
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(1.337)</u>	<u>1.270</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Alto Sertão Participações S.A. – em recuperação judicial (“Alto Sertão”, “Companhia” ou “Controladora”), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Roque Petroni Júnior, 850, 14º andar, Torre Jaceru, Jardim das Acácias, foi constituída em 1º de setembro 2014, na forma de sociedade por ações de capital fechado e tem como objeto social principal participar no capital social de outras sociedades.

A Companhia é controlada diretamente pela Renova Energia S.A. – em recuperação judicial (“Renova Energia”), sociedade de capital aberto que tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia incorreu em prejuízo de R\$536.630 (2018, R\$372.380) e possui prejuízos acumulados de R\$1.762.817(2018, R\$1.226.187), bem como passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes no montante de R\$23.123 (2018, R\$19.546) (Controladora) e R\$1.385.324 (2018, R\$1.141.173) (Consolidado) e apresenta necessidade de obtenção de capital para cumprir com os compromissos para conclusão da obra do Complexo Eólico Alto Sertão III - Fase A (“AS III – Fase A”), que encontram-se paralisadas, e manutenção de suas atividades.

Os principais motivos para esse cenário são: i) investimentos relevantes na construção dos parques eólicos; ii) durante o exercício as controladas reconheceram complemento da provisão para impairment de ativo imobilizado em curso, no montante de R\$ 193.363 (2018, 143.895), (nota 7); iii) resultado financeiro negativo (despesa financeira), no valor de R\$ 272.349 (2018, R\$177.872) que está impactado principalmente pelo reconhecimento de juros relacionados aos empréstimos e financiamentos e fornecedores, além dos prejuízos acumulados existentes.

Diante deste cenário, em 16 de outubro de 2019 a Renova Energia e determinadas controladas, o que inclui a Companhia, protocolaram pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo no. 1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo), o qual foi deferido nessa mesma data. A decisão judicial exarada pelo Juiz de Direito da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo, dentre outras providências, determinou:

- (i) Nomeação da KPMG Corporate Finance, para atuar como administradora judicial;
- (ii) Suspensão das ações e execuções contra as empresas do Grupo Renova pelo prazo de 180 dias, nos termos do artigo 6º da Lei 11.101/2005, que foi estendido por mais 180 dias;
- (iii) Apresentação de contas até o dia 30 de cada mês enquanto perdurar o processo de recuperação judicial, sob pena de afastamento dos controladores e substituição dos administradores das empresas do Grupo Renova, nos termos do artigo 52, IV da Lei 11.101/2005;
- (iv) Dispensa de apresentação das certidões negativas para que as empresas do Grupo Renova exerçam suas atividades; e
- (v) Determinação de expedição de edital, nos termos do § 1º do artigo 52 da Lei 11.101/2005, com prazo de 15 dias para apresentação de habilitações e/ou divergências de créditos no âmbito da recuperação judicial.

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONTROLADAS

Em 04 de novembro de 2019, foi publicada a primeira lista de credores apresentada pelo Grupo Renova e em 17 de dezembro de 2019 o Grupo Renova protocolou o seu plano de recuperação judicial para discussão com credores, no qual são estabelecidos os termos e condições para reestruturação do endividamento das empresas do Grupo Renova, bem como as principais medidas que poderão ser adotadas com vistas à superação da atual situação econômica- financeira das empresas e a continuidade das suas atividades, inclusive por meio de: (i) reestruturação e equalização de seu passivo; (ii) prospecção e adoção de medidas durante a recuperação judicial visando à obtenção de novos recursos; e (iii) potencial alienação de ativos.

Em linha com seu Plano e para suportar as despesas de manutenção das suas atividades, a controladora Renova Energia celebrou com a CEMIG empréstimo do tipo debtor-in-possession (“DIP”) de R\$36.500. Ainda, em 04 de setembro de 2020, o Conselho de Administração da controladora Renova Energia aprovou a aceitação da oferta de financiamento para reinício das obras do AS III - Fase A, cujos documentos necessários ao fechamento da operação estão sendo negociados entre as partes (nota 22.2).

Conforme divulgado na nota 22.1, em 06 de julho de 2020 a controladora Renova Energia protocolou dois novos planos de recuperação judicial, que encontram-se em fase de discussão podendo ainda sofrer aperfeiçoamentos e mudanças até a realização da Assembleia Geral de Credores prevista para ocorrer em outubro de 2020. Todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial do Grupo Renova estão disponíveis no website da CVM (www.cvm.gov.br) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>).

Adicionalmente a controladora Renova Energia, possui procedimentos administrativos ainda em fase instrutória perante a ANEEL referente as obrigações presentes nas Resoluções Autorizativas dos parques eólicos AS III – Fase A e nos Contratos de Energia de Reserva do LER 2013 e LER 2014, incluindo o parque eólico das controladas da Companhia. A Administração da controladora vem atendendo aos prazos estabelecidos nos referidos procedimentos administrativos com o objetivo de demonstrar à ANEEL a conexão e benefícios entre tais obrigações e o Plano de Recuperação Judicial apresentado em dezembro de 2019.

Atualmente, a Companhia participa nas seguintes controladas:

Eólico	Consolidação	% Participação	
		31/12/2019 e 31/12/2018	
		Direta	Indireta
Diamantina Eólica Participações S.A. - Em recuperação judicial	Integral	99,99	-
Centrais Eólicas São Salvador S.A. - Em recuperação judicial	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Abil S.A. - Em recuperação judicial	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Acácia S.A. - Em recuperação judicial	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Angico S.A. - Em recuperação judicial	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. - Em recuperação judicial	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. - Em recuperação judicial	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A. - Em recuperação judicial	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Taboquinha S.A. - Em recuperação judicial	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Tabua S.A. - Em recuperação judicial	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Vaqueta S.A. - Em recuperação judicial	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A. - Em recuperação judicial	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Cedro S.A. - Em recuperação judicial	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Vellozia S.A. - Em recuperação judicial	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Angelim S.A. - Em recuperação judicial	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Facheio S.A. - Em recuperação judicial	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Sabiu S.A. - Em recuperação judicial	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Barbatimão S.A. - Em recuperação judicial	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Juazeiro S.A. - Em recuperação judicial	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Jataí S.A. - Em recuperação judicial	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A. - Em recuperação judicial	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Amescia S.A. - Em recuperação judicial	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A. - Em recuperação judicial	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Pau d'Água S.A. - Em recuperação judicial	Integral na Diamantina	-	99,99
Centrais Eólicas Manineiro S.A. - Em recuperação judicial	Integral na Diamantina	-	99,99

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONTROLADAS

A controlada Diamantina Eólica Participações S.A. – em recuperação judicial (“Diamantina”), é sociedade por ações de capital fechado, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuam, direta ou indiretamente na área de geração de energia elétrica por fonte eólica, e está sediada no Estado de São Paulo.

As demais empresas são sociedades de propósito específico, que tem como objeto social, implantar, operar, explorar bem como comercializar a energia elétrica proveniente de parques eólicos, localizados no Estado da Bahia, e atualmente encontram-se em fase pré-operacional com as obras de construção de seus ativos paralisadas.

1.1. Das autorizações

1.1.1. Mercado Regulado (ACR)

Contrato: LER 05/2013

Prazo da autorização: 35 anos

<u>Companhias</u>	<u>Resolução ANEEL</u>	<u>Data da resolução</u>	<u>Capacidade de produção instalada*</u>
Centrais Eólicas Abil S.A. - Em recuperação judicial	109	19/03/2014	23,70 MW
Centrais Eólicas Acácia S.A. - Em recuperação judicial	123	24/03/2014	16,20 MW
Centrais Eólicas Angico S.A. - Em recuperação judicial	111	19/03/2014	8,10 MW
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. - Em recuperação judicial	115	19/03/2014	21,00 MW
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. - Em recuperação judicial	113	19/03/2014	9,00 MW
Centrais Eólicas Jacaranda do Serrado S.A. - Em recuperação judicial	116	19/03/2014	21,00 MW
Centrais Eólicas Taboquinha S.A. - Em recuperação judicial	114	19/03/2014	21,60 MW
Centrais Eólicas Tabua S.A. - Em recuperação judicial	110	19/03/2014	15,00 MW
Centrais Eólicas Vaqueta S.A. - Em recuperação judicial	132	28/03/2014	23,40 MW

* Informações não examinadas pelos auditores independentes.

1.1.2. Mercado Livre (ACL)

Contrato: ACL (Light I)

Prazo da autorização: 30 anos

<u>Companhias</u>	<u>Resolução ANEEL</u>	<u>Data da resolução</u>	<u>Capacidade de produção instalada*</u>
Centrais Eólicas Amescla S.A. - Em recuperação judicial	5099	26/03/2015	13,50 MW
Centrais Eólicas Angelim S.A. - Em recuperação judicial	5092	26/03/2015	21,60 MW
Centrais Eólicas Barbatimão S.A. - Em recuperação judicial	5093	26/03/2015	16,20 MW
Centrais Eólicas Facheio S.A. - Em recuperação judicial	5098	26/03/2015	16,50 MW
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A. - Em recuperação judicial	5085	26/03/2015	16,20 MW
Centrais Eólicas Jataí S.A. - Em recuperação judicial	5081	26/03/2015	16,20 MW
Centrais Eólicas Juazeiro S.A. - Em recuperação judicial	5088	26/03/2015	18,90 MW
Centrais Eólicas Sabiu S.A. - Em recuperação judicial	5084	26/03/2015	13,50 MW
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A. - Em recuperação judicial	5091	26/03/2015	18,90 MW
Centrais Eólicas Vellozia S.A. - Em recuperação judicial	5087	26/03/2015	16,50 MW
Centrais Eólicas Cedro S.A. - Em recuperação judicial	5496	01/10/2015	12,00 MW
Centrais Eólicas Manineiro S.A. - Em recuperação judicial	5125	01/04/2015	14,40 MW
Centrais Eólicas Pau D'Água S.A. - Em recuperação judicial	5126	01/04/2015	18,00 MW
Centrais Eólicas São Salvador S.A. - Em recuperação judicial	162	22/05/2013	18,90 MW

* Informações não examinadas pelos auditores independentes.

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONTROLADAS

1.2. Comercialização de energia:

1.2.1 Mercado Regulado (ACR)

Companhias do Grupo	Ref. Contrato	Compradora	Valor original do Contrato	Valores			Prazo			
				Energia anual contratada (MWh)	Preço histórico MWh (R\$)	Preço atualizado MWh (R\$)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Centrais Eólicas Abil S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	202.880	96.360	105,20	147,66	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Acácia S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	137.544	60.444	113,70	159,60	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Angico S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	76.101	34.164	111,30	156,23	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	176.183	84.972	103,60	145,42	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	82.350	39.420	104,38	146,51	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Jacaranda do Serrado S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	173.200	83.220	103,99	145,97	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Taboquinha S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	187.680	88.476	105,99	148,77	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Tabua S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	135.964	64.824	104,80	147,10	set/15	ago/35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Vaqueta S.A. - Em recuperação judicial	LER 05/2013	CCEE	198.004	93.732	105,55	148,16	set/15	ago/35	IPCA	setembro

Os contratos de Energia de Reserva estabelecem que os parques eólicos que comercializaram energia no LER 2013 deveriam entrar em operação comercial em 1º de setembro de 2015, contudo os mesmos estão atrasados. Conforme contrato, o efetivo pagamento da receita fixa está condicionado à entrada em operação comercial dos parques, devendo os recursos financeiros associados a esse pagamento ficarem retidos na CONER (conta de energia de reserva) os quais serão considerados quando da apuração das diferenças entre a energia gerada e a contratada (vide nota 11).

1.2.2. Mercado Livre (ACL)

As demais controladas indiretas possuem contratos no mercado livre que totalizam 100,2 MW médio^(*) de energia contratada conforme quadro abaixo:

Projetos	Fonte	Energia Vendida (MW médio*)	Vigência do contrato
Light I	Eólica	100,2	até ago/2035

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Esses contratos foram comercializados no Mercado Livre pela parte relacionada Renova Comercializadora de Energia S.A. – em recuperação judicial (“Renova Comercializadora”), controlada direta da Renova Energia e tem por objeto social principal a comercialização de energia elétrica em todas as suas formas. Como esses parques ainda não estão em operação, a Renova Comercializadora comprava energia no mercado para honrar os compromissos assumidos nos contratos, conforme divulgado na nota 22.3, estes contratos encontram-se suspensos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”) que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia e suas controladas.

2.2. Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão das demonstrações financeiras, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo exceto quando indicado, foi aprovada pela diretoria, em 01 de outubro de 2020, para que seja submetida à aprovação dos Acionistas em Assembleia Geral.

2.3. Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas é como segue:

2.3.1. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia ou suas controladas forem partes das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Categoria de instrumentos financeiros

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Abaixo demonstramos as categorias de instrumentos financeiros aplicáveis à Companhia e suas controladas.

a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas gerenciam esses ativos e toma decisão de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia e suas controladas classificam nessa categoria:

- Caixa e equivalentes de caixa (nota 4); e
- Transações com partes relacionadas (nota 13).

b) Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia compreendem:

- Fornecedores (nota 8);
- Empréstimo e financiamentos (nota 9);
- Contas a pagar – CCEE (nota 11); e
- Transações com partes relacionadas (nota 13).

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

2.3.2. Ativo imobilizado

2.3.2.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas para redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário.

O custo dos ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

2.3.2.2 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

2.3.2.3 Provisão para desmantelamento

As provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos, para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos. A Companhia adota como prática contábil a contabilização dessa provisão quando da entrada em operação comercial do parque eólico.

2.3.3. Provisões

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.3.4. Resultados

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre investimentos. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre financiamentos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

2.4. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. O principal julgamento, estimativa e premissa utilizado para a elaboração dessas demonstrações financeiras está listado a seguir:

2.4.1. Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia e suas controladas revisam o valor recuperável de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável calculado de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.5. Investimento

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras das controladas é reconhecida através do método de equivalência patrimonial.

2.6. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo CPC, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis findos em ou após 1º de janeiro de 2019.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

a) Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019:

CPC 06-R2 – Operações de arrendamento mercantil (substitui o CPC 06 (R1) e o ICPC 03)

O CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil, substituiu o CPC 06 (R1) – Operações de arrendamento mercantil e correspondentes interpretações. A norma estabeleceu os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil, exigindo que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1), ou seja, reconheça ativos representando o direito de uso (imobilizado arrendado) e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento tenha valor não significativo. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. O CPC 06 (R2) também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) retrospectivamente com efeito cumulativo a partir de 1º de janeiro de 2019, utilizando os expedientes práticos para os contratos de arrendamento cujo (i) prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial (curto prazo), e o (ii) ativo objeto seja de baixo valor, como celulares e impressoras. A adoção do CPC 06 (R2) gerou um aumento do ativo, pelo reconhecimento do direito do uso dos ativos arrendados (ativo imobilizado arrendado) e o respectivo aumento do passivo, conforme conciliação demonstrada a seguir:

Impactos da adoção inicial	<u>Terrenos</u>
Pagamentos de arrendamentos mínimos para os contratos	46.402
Impactos da taxa de desconto	(34.850)
Exclusão de arrendamento de baixo valor e curto prazo	<u>(304)</u>
Ativo de direito de uso	<u><u>11.248</u></u>

Passivo de arrendamento	<u><u>11.248</u></u>
Prazo médio contratual (anos)	30

Tais contratos são remensurados nos seus respectivos reajustes contratuais.

Adicionalmente, as despesas relacionadas aos contratos de arrendamentos operacionais estão sendo reconhecidas através da despesa de amortização do direito de uso dos ativos e da despesa financeira de juros sobre as obrigações de arrendamento. Por fim, a Companhia não espera impactos em sua capacidade de cumprir os acordos contratuais de limite máximo de alavancagem em empréstimos (covenants). A seguir são demonstrados os impactos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no resultado (considerando os contratos identificados mencionados anteriormente e desconsiderando os potenciais efeitos dos custos passíveis de capitalização da infraestrutura em construção):

Impactos na demonstração do resultado	<u>31/12/2019</u>
Despesa com amortização	(530)
Despesas financeiras	<u>(1.132)</u>
Total - impacto na despesa líquida	<u><u>(1.662)</u></u>

Com relação ao fluxo de caixa, o impacto foi um aumento líquido no caixa gerado pelas atividades operacionais e uma redução nas atividades de financiamento de R\$1.332, pois a amortização da parcela do principal dos passivos de arrendamento foi classificada como atividades de financiamento. Em relação aos juros pagos, não houve mudança, permanecendo como resultado operacional.

Outras normas e interpretações se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda

Essa interpretação, vigente a partir de 1º de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro, ou seja, há dúvidas sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, aplicando os requisitos do CPC 32.

Após a adoção da Interpretação, a Companhia considerou se possui posições fiscais incertas. A Interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Outros pronunciamentos e revisões de pronunciamentos

- CPC 18(R2): Alterações de Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.
- CPC 33: Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano.

Não é esperado que essas alterações tenham impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes:

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

CPC 15 (R1)

As alterações auxiliam as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio. Elas eliminam a avaliação sobre se os participantes no mercado são capazes de substituir qualquer elemento ausente, incluem orientações para ajudar entidades a avaliar se um processo adquirido é substantivo, delimitam melhor as definições de negócio e de produtos e introduzem um teste de concentração de valor justo opcional. As alterações se aplicam prospectivamente a transações ou outros eventos que ocorram na data ou após a primeira aplicação, e, assim, a Companhia não será afetada por essas alterações na data de transição.

CPC 26 (R1) - Definição de omissão material

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição omissão em todas as normas e a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade.

Além das alterações previstas acima, o IASB emitiu, em maio de 2017, a IFRS 17 – Contratos de seguro, norma ainda não emitida no Brasil, que tem como objetivo geral fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras e/ou emissoras de seguros, não sendo aplicável à Companhia.

3. PRINCÍPIOS DA CONSOLIDAÇÃO

Foram consolidadas as demonstrações financeiras das controladas mencionadas na nota 1.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- a) eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as companhias consolidadas;
- b) eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido das controladas; e
- c) eliminação dos saldos de receitas e despesas financeiras entre companhias consolidadas.

4. Caixa e equivalentes de caixa (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caixa	7	19
Bancos conta movimento	11	1.336
Total	<u>18</u>	<u>1.355</u>

5. TRIBUTOS A RECUPERAR (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
IRPJ a compensar	859	1.094
COFINS a recuperar	1.714	925
PIS a recuperar	372	201
Outros impostos a compensar	49	3
Total	<u>2.994</u>	<u>2.223</u>

6. INVESTIMENTOS

	<u>Diamantina Eólica</u>			Prejuízo do exercício
	<u>Ativos</u>	<u>Passivos</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	
31 de dezembro de 2019	1.068.740	1.244.478	(175.738)	(533.053)
31 de dezembro de 2018	1.334.723	1.134.144	200.579	(370.196)

6.1 Movimentação do investimento

	<u>31/12/2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>Adições</u>	<u>Cisão parcial</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>31/12/2019</u>
Diamantina	402.536	168.239	(370.196)	200.579	164.648	(7.912)	(533.053)	(175.738)

Em 15 de maio de 2019, a Companhia aprovou, no âmbito da reorganização societária e operacional do Grupo Renova as seguintes movimentações: (i) transferência de um aerogerador mediante redução de capital da controlada indireta Centrais Eólicas Umbuzeiro, e conseqüentemente do seu capital, para a parte relacionada Centrais Elétricas Itaparica S.A., no montante de R\$7.912, e (iii) transferência de outros ativos no montante de R\$176, mediante redução de capital da parte relacionada Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda para a controlada Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A., reconhecidos no imobilizado, mediante aumento de capital tanto da controlada quanto da Companhia (nota 15.2).

7. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)

	Saldos em 31/12/2017	Adições	Reclassificações entre rubricas ¹	Saldos em 31/12/2018	Adições	Reclassificações entre rubricas ¹	Cisão ²	Baixas	Saldos em 31/12/2019
Imobilizado em curso									
A ratear	331.866	-	(1.059)	330.807	583	(249)	-	-	331.141
Terrenos	8.335	-	-	8.335	-	-	-	-	8.335
Edificações, obras civis e benfeitorias	224.120	287	-	224.407	6.676	240	-	-	231.323
Torres de medição	2.687	-	-	2.687	-	-	-	-	2.687
Aerogeradores	1.288.299	56	(2.813)	1.285.542	109.718	(345)	(7.912)	(6.740)	1.380.263
Equipamentos de subestação	280.563	1.358	(2.440)	279.481	13.002	1.260	-	-	293.743
Adiantamentos a fornecedores	156	1.467	(80)	1.543	626	(1.501)	-	-	668
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(660.042)	(143.895)	-	(803.937)	(193.362)	-	-	-	(997.299)
Total do imobilizado em curso	<u>1.475.984</u>	<u>(140.727)</u>	<u>(6.392)</u>	<u>1.328.865</u>	<u>(62.757)</u>	<u>(595)</u>	<u>(7.912)</u>	<u>(6.740)</u>	<u>1.250.861</u>
Direito de uso									
Contratos de arrendamento	-	-	-	-	11.248	-	-	-	11.248
(-) Amortização contratos de arrendamento - despesa	-	-	-	-	(530)	-	-	-	(530)
Total direito de uso	-	-	-	-	10.718	-	-	-	10.718
Total do imobilizado	<u>1.475.984</u>	<u>(140.727)</u>	<u>(6.392)</u>	<u>1.328.865</u>	<u>(52.039)</u>	<u>(595)</u>	<u>(7.912)</u>	<u>(6.740)</u>	<u>1.261.579</u>

Nota 1: Efeito da conciliação de fornecedores no exercício.

Nota 2: Vide nota explicativa 6.1 e 15.2.

O saldo do imobilizado refere-se basicamente a compra de aerogeradores, obras civis, subestações e gastos diversos com a construção dos parques eólicos, cujas obras encontram-se paralisadas.

Em 21 de maio de 2019, a parte relacionada Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A. cedeu os créditos detidos contra o fornecedor Alstom Energias Renováveis Ltda., no montante de R\$109.099 que foram reconhecidos na rubrica de aerogeradores, no imobilizado das controladas da Companhia (nota 15.2)

Em junho de 2019 a Companhia e suas controladas procederam a revisão do valor recuperável de seu ativo imobilizado e complementaram a provisão para perda por redução ao valor recuperável anteriormente constituída em R\$193.362 (2018, R\$143.895) com base nas condições comerciais que estavam sendo discutidas no contrato de compra e venda do Complexo Eólico Alto Sertão III.

Para 31 de dezembro de 2019, considerando o cenário descrito na nota 1, a Companhia manteve as provisões para redução ao valor recuperável anteriormente constituídas e aguarda aprovação do seu plano de recuperação para avaliar o valor de recuperação dos seus ativos. Adicionalmente, conforme descrito na nota 22.2, a Administração da Controladora Renova Energia aceitou em setembro de 2020 proposta de financiamento para conclusão das obras do Complexo Alto Sertão III.

7.1 Desmantelamento

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo relacionados aos parques eólicos e reconstituição do terreno. A Companhia e suas controladas estimam um custo aproximado de R\$53.424, calculado a valor presente, a ser contabilizado quando da entrada em operação comercial dos parques eólicos que atualmente encontram-se em construção, conforme sua prática contábil. A mensuração inicial será reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado pelo prazo restante da autorização.

7.2 Direito de uso – Arrendamentos

Em 1º de janeiro de 2019, a Companhia identificou 114 contratos de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06 (R2). Para esses contratos, a Companhia reconheceu o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, conforme segue:

	<u>31/12/2019</u>		<u>31/12/2019</u>
Ativo		Passivo	
Não circulante		Circulante	
Imobilizado		Arrendamentos a pagar	1.651
Direito de uso do ativo arrendado	11.248	(-) Juros a apropriar	<u>(1.596)</u>
(-) Direito de uso - contrato de arrendamento	<u>(530)</u>	Total do passivo circulante	55
	10.718	Não circulante	
		Arrendamentos a pagar	43.039
		(-) Juros a apropriar	<u>(32.122)</u>
		Total do passivo não circulante	10.917
Ativo total	<u><u>10.718</u></u>	Passivo total	<u><u>10.972</u></u>

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia que variou entre 14,03% a.a. e 14,71% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor, conforme o caso.

Adicionalmente, a Companhia reconheceu no resultado do exercício a amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento:

Despesas	
Amortização direito de uso	530
Resultado financeiro	
Juros sobre obrigação de arrendamento	<u>1.132</u>
Total	<u><u>1.662</u></u>

Em 31 de dezembro de 2019, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Juros</u>	<u>Principal</u>
2020	1.596	1.649
2021	1.588	1.648
2022	1.580	1.637
2023	1.572	1.629
2024	1.564	1.625
2025 a 2050	25.817	36.502
Total	<u>33.718</u>	<u>44.690</u>

8. FORNECEDORES (CONSOLIDADO)

Os saldos de fornecedores referem-se, principalmente, a valores a pagar a fornecedores de equipamentos e materiais para a construção do parque eólico. Inclui também valores referentes a negociação com fornecedores, bem como os encargos financeiros quando aplicável.

De acordo com a sua política contábil e com o Pronunciamento Técnico CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", a Companhia atualizou seu passivo com fornecedores provisionando os juros com base nas premissas existentes nos contratos vigentes anteriores a 16 de outubro de 2019, data do deferimento do pedido de recuperação judicial. Esses valores serão revisados e atualizados quando da aprovação do Plano de Recuperação Judicial pela Assembleia Geral de Credores mencionado na Nota 1.

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

	<u>Custo da Dívida</u>	Consolidado					
		31/12/2019			31/12/2018		
		<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>	<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>
BNDES - Ponte							
Subcrédito "A"	TLP + 9% a.a.	-	-	-	2.015	169.026	171.041
Subcrédito "B"	TLP + 2,5% a.a.	-	-	-	5.799	499.921	505.720
Subcrédito "C"	TJ6 + 8,28% a.a.	241.580	248.977	490.557	1.571	257.258	258.829
Banco Modal	100% CDI + 6%	7.081	16.042	23.123	4.446	15.000	19.446
Banco Bradesco	100% CDI + 2,5% a.a.	328	4.255	4.583	-	-	-
Banco Itaú	100% CDI + 2,5% a.a.	326	4.253	4.579	-	-	-
Banco Bradesco	12,68% a.a.	113	341.106	341.219	-	-	-
Banco Itaú	12,68% a.a.	41	124.795	124.836	-	-	-
Banco ABC	12,68% a.a.	17	49.917	49.934	-	-	-
Citibank	12,68% a.a.	28	83.221	83.249	-	-	-
TOTAL		<u>249.514</u>	<u>872.566</u>	<u>1.122.080</u>	<u>13.831</u>	<u>941.205</u>	<u>955.036</u>

a) BNDES (Empréstimo-ponte)

Em 19 de dezembro de 2014, foi assinado o contrato de financiamento de curto prazo entre o BNDES e a controlada Diamantina, no valor total de R\$700.000, dividido em dois subcréditos: Subcrédito "A" no valor de R\$140.000 e Subcrédito "B" no valor de R\$560.000, para os parques do LER 2013 e mercado livre. Em 18 de fevereiro de 2016, conforme 1º aditivo de contrato entre as partes, houve o remanejamento de parcela do Subcrédito "B" com a criação do subcrédito "C" no valor de R\$163.963.

Em 15 de maio de 2019 e 19 de julho de 2019, foram criados os subcréditos "D" e "E" decorrente da incorporação ao saldo devedor do contrato do valor devido a título de Comissão de Renegociação, no valor de R\$2.433 e R\$2.487, respectivamente, corrigidos pela taxa

média SELIC mais sobretaxa fixa, acrescidos de remuneração de 8,55% a.a. e 8,63% a.a., quitados em 19 de julho de 2019 e 15 de agosto de 2019, respectivamente.

Em 15 de agosto de 2019, o BNDES prorrogou os prazos de carência e de amortização do contrato de financiamento mencionado acima para 15 de setembro de 2019 e 15 de outubro de 2019, respectivamente, incluindo a liquidação parcial de R\$12.000 da parcela da dívida nesta mesma data. Em setembro de 2019, foi incorporado ao saldo devedor do financiamento, o montante de R\$28.023 decorrente de inadimplementos não financeiros e penalidades. Considerando que não houve nova prorrogação ou pagamento dessa dívida, em 17 de outubro de 2019 foram executadas as cartas fianças emitidas pelos bancos Bradesco S.A., Citibank S.A., Itaú Unibanco S.A. e ABC Brasil S.A., no montante de R\$568.075, reduzindo o saldo devido ao BNDES e criando uma dívida com esses bancos.

São garantias desse financiamento: (i) penhor da totalidade das ações e dividendos da Companhia, sua controlada Diamantina e das controladas indiretas SPEs na qualidade de intervenientes ao contrato, (ii) penhor das máquinas e equipamentos, (iii) dos direitos emergentes das Autorizações emitidas pela ANEEL, (iv) dos direitos creditórios dos contratos de fornecimento dos aerogeradores, (v) cessão fiduciária dos direitos creditórios dos contratos de venda de energia celebrados entre as SPEs e ambiente livre (CCVEs), no ambiente regulado (CCEARs) e (CERs), e (vi) fianças bancárias.

b) Banco Modal (CCB)

Em 10 de novembro de 2015, a Companhia emitiu uma Cédula de Crédito Bancário, no valor principal de R\$15.000, junto ao Banco Modal S.A. que teve vencimento em 10 de setembro de 2019, conforme 3º termo de aditamento assinado em 31 de maio de 2019, acrescida de 100% do CDI somada a uma taxa pré-fixada de 6% a.a. Essa operação tem a controladora Renova Energia e a controlada Diamantina como avalistas.

c) Outros empréstimos – capital de giro

Em 19 de julho de 2019 a controlada direta Diamantina contratou Cédulas de Crédito Bancário ("CCB") junto aos bancos Bradesco S.A. e Itaú Unibanco S.A., no valor total de R\$24.400, com taxa de juros de 100% do CDI + 2,5% a.a. e vencimento em 14 de abril de 2020. São garantias da operação cartas fianças emitidas pelas partes relacionadas Chipley SP Participações S.A. – Em recuperação judicial ("Chipley") e Light S.A. na proporção de 36,23% e 63,77%, respectivamente. Em razão da ocorrência de eventos de inadimplemento pela Companhia e pela Chipley, os Bancos Itaú e Bradesco decretaram vencimento antecipado das CCBs e a Light S.A., na qualidade de fiadora não solidária das obrigações, efetuou o pagamento em 21 de outubro de 2019, do montante de R\$15.893 (Nota 12) restando um saldo a pagar de R\$9.162.

De acordo com a sua política contábil e com o Pronunciamento Técnico CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", a Companhia atualizou seu passivo com fornecedores provisionando os encargos com base nas premissas existentes nos contratos vigentes anteriores a 16 de outubro de 2019, data do deferimento do pedido de recuperação judicial. Esses valores serão revisados e atualizados quando da aprovação do Plano de Recuperação Judicial pela Assembleia Geral de Credores mencionado na Nota 1.

9.1. Movimentação

	Consolidado			Controladora		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>837.116</u>	<u>65.932</u>	<u>903.048</u>	<u>15.000</u>	<u>2.262</u>	<u>17.262</u>
Encargos financeiros provisionados	-	111.988	111.988	-	2.184	2.184
Incorporação de encargos ao principal	164.089	(164.089)	-	-	-	-
Amortização de financiamento	(60.000)	-	(60.000)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>941.205</u>	<u>13.831</u>	<u>955.036</u>	<u>15.000</u>	<u>4.446</u>	<u>19.446</u>
Financiamentos obtidos	24.400	-	24.400	-	-	-
Comissões e outras penalidades	52.150	-	52.150	1.042	-	1.042
Encargos financeiros provisionados	-	160.388	160.388	-	2.635	2.635
Encargos financeiros pagos	-	(3.312)	(3.312)	-	-	-
Atualização e incorporação de juros ao principal	(78.607)	78.607	-	-	-	-
Amortização de financiamento	(66.582)	-	(66.582)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>872.566</u>	<u>249.514</u>	<u>1.122.080</u>	<u>16.042</u>	<u>7.081</u>	<u>23.123</u>

10. TRIBUTOS A RECOLHER (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
IRPJ a pagar	-	5.474
CSLL a pagar	-	2.041
COFINS a recolher	-	4.775
PIS a recolher	-	1.037
Tributos retidos de terceiros	747	1.271
Tributos em parcelamento	12.132	-
Outros impostos a recolher	26	509
Total	<u>12.905</u>	<u>15.107</u>
Apresentados como:		
Circulante	3.791	15.107
Não circulante	9.114	-
Total	<u>12.905</u>	<u>15.107</u>

Em junho de 2019, as controladas indiretas da Companhia incluíram os saldos a pagar de IRRF, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS no programa de parcelamento da Receita Federal. Esses débitos foram parcelados em 60 meses e seguem apresentados na linha de "Tributos em parcelamento" no consolidado no quadro acima.

11. CONTAS A PAGAR – CCEE (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Circulante	31.572	19.723
Não Circulante	848	-
Total	<u>32.420</u>	<u>19.723</u>

Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas do LER 2013 e a CCEE estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da

faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% (ressarcimento anual – ressarcimento de 100% do volume + 15% de multa pela não entrega).

Os valores provisionados decorrem do reconhecimento da multa que está sendo aplicada pela CCEE pelo não fornecimento de energia em função da não conclusão dos parques eólicos, calculada conforme parágrafo anterior.

11.1 Movimentação

<u>31/12/2017</u>	Multa sobre <u>ressarcimento</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/12/2018</u>	Multa sobre <u>ressarcimento</u>	<u>Amortização</u>	<u>31/12/2019</u>
18.658	15.384	(14.319)	19.723	25.914	(13.217)	32.420

12. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Penalidades ANEEL ^(a)	1.620	1.620
Outros ^(b)	16.180	-
	<u>17.800</u>	<u>1.620</u>

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo consolidado de outras contas a pagar inclui: (a) R\$1.620 referente a penalidade aplicada pela ANEEL pelo cancelamento da outorga do parque eólico Unha D'anta, conforme o § 3º do art. 12-B da Resolução Normativa nº 391, de 15 de dezembro de 2009, com redação dada pela Resolução Normativa nº 546, de 16 de abril de 2013; e (b) e o montante atualizado de R\$16.180 referente a valor pago pela Light S.A., na qualidade de fiadora não solidária das obrigações com os Bancos Itaú e Bradesco, em 21 de outubro de 2019, conforme nota 9.c.

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	<u>Controladora</u>			
	<u>Ativo</u>		<u>Passivo</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<u>Adiantamento para futuro aumento de capital^(a)</u>				
Diamantina Eólica Participações S.A.	51.951	4.816	-	-
Renova Energia S.A.	-	-	51.951	4.816
	<u>51.951</u>	<u>4.816</u>	<u>51.951</u>	<u>4.816</u>
	<u>Consolidado</u>			
	<u>Passivo</u>		<u>Resultado</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<u>Renova Energia S.A.</u>				
Adiantamento para futuro aumento de capital ^(a)	51.951	4.816	-	-
Rateio de despesa ^(b)	7.127	1.873	(5.785)	(6.489)
	<u>59.078</u>	<u>6.689</u>	<u>(5.785)</u>	<u>(6.489)</u>

a) aportes realizados pela Companhia em sua controlada e recebido da sua controladora Renova Energia, e que deverão ser capitalizados quando da aprovação do plano de recuperação judicial.

- b) reembolso de despesas realizadas de forma centralizada pela controladora Renova Energia que são rateadas e reembolsadas pelas controladas, essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia.

REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

A remuneração dos administradores da Companhia está centralizada na controladora Renova Energia, e é rateada entre as controladas do grupo, conforme exposto no item (b) acima.

14. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, FISCAIS E TRABALHISTAS (CONSOLIDADO)

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia e suas controladas constituíram provisão no montante de R\$3.700 (2018, R\$1.930) para riscos cíveis relacionados a ação cível ajuizada por terceiros em razão de inadimplemento das obrigações contratuais.

A Administração da Companhia e suas controladas, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas, considerando que grande parte do valor devido já foi reconhecida no contas a pagar da Companhia e suas controladas.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

15.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$1.563.956 (2018, R\$ 1.407.220) e está representado por 1.563.955.849 (2018, 1.516.209.031) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

15.2 Aumento de capital

Em 03 dezembro de 2018, a Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), aprovou a rerratificação do Boletim de Subscrição objeto do anexo II da ata da AGE realizada em 8 de dezembro de 2017, para corrigir a forma de integralização do montante de R\$282.485, conforme segue: capitalização de (i) adiantamento para futuro aumento de capital detidos pela acionista da Companhia, no valor de R\$146.892; (ii) gastos registrados no ativo imobilizado da acionista Renova Energia no valor de R\$14.044; (iii) créditos detidos pela acionista Renova Energia contra a Companhia em razão de rateio de despesas, no valor de R\$12.450; e (iv) crédito detido, via cessão, pela Renova Energia contra a Alstom Energias Renováveis Ltda., no valor de R\$109.099. Os itens i, ii e iii, no montante de R\$173.386 foram integralizados naquela data.

Em 21 de maio de 2019, a controladora Renova Energia S.A. integralizou o capital remanescente no montante de R\$109.099 com créditos detidos contra terceiros.

Em 15 de maio de 2019 a AGE aprovou:

1. Aumento de capital no montante de R\$55.549, mediante a emissão de 55.549.808 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal integralizadas com a capitalização de: (i) adiantamentos para futuro aumento de capital, no valor de R\$54.842, (ii) créditos detidos pela controladora Renova Energia contra a Companhia em razão de rateio de despesas, no valor de R\$531, e (iii) contribuição de ativo, no valor de R\$176.

Redução de capital em decorrência da cisão parcial da Companhia no valor de R\$7.912, mediante o cancelamento de 7.912.090 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

15.3 Prejuízo por ação

O prejuízo básico por ação é calculado por meio da divisão do prejuízo do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício. A Companhia não possui diluição de ações.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos prejuízos básico por ação para cada um dos exercícios apresentados na demonstração de resultados:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Prejuízo do exercício	(536.630)	(372.380)
Prejuízo básico e diluído por ação:		
Média ponderada das ações ordinárias disponíveis (em milhares)	<u>1.504.192</u>	<u>1.289.501</u>
Prejuízo básico e diluído por ação (em R\$)	<u>(0,36)</u>	<u>(0,29)</u>

16. DESPESAS (RECEITAS)

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<u>Gerais e administrativas</u>				
Pessoal e administradores	5.239	5.589	-	-
Serviços de terceiros	6.029	6.772	(100)	-
Seguros	4.158	2.781	-	-
Penalidades contratuais e regulatórias ⁽¹⁾	-	1.789	-	-
Contingências cíveis e trabalhistas (nota 14)	1.671	1.648	-	-
Viagens	1.526	971	-	-
Aluguéis e arrendamentos	634	436	-	-
Impostos e taxas	465	448	-	-
Telefonia e TI	338	318	-	-
Material de uso e consumo	442	274	-	-
	<u>20.502</u>	<u>21.026</u>	<u>(100)</u>	<u>-</u>
<u>Amortizações (nota 7)</u>	530	-	-	-
<u>Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado (nota 7)</u>	193.363	143.895	-	-
<u>Outras (receitas) despesas, líquidas</u>				
Tust - Tarifa de uso do sistema de transmissão	13.561	12.069	-	-
Multa sobre ressarcimento (nota 11)	25.914	15.384	-	-
Perdão de dívida com fornecedor ⁽²⁾	-	(833)	-	-
Perda na desativação de bens e direitos (nota 7)	6.740	-	-	-
Serviços de terceiros	3.111	1.052	-	-
Outras	803	1.915	-	-
	<u>50.129</u>	<u>29.587</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total das despesas	<u>264.524</u>	<u>194.508</u>	<u>(100)</u>	<u>-</u>

ALTO SERTÃO PARTICIPAÇÕES S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONTROLADAS

1. Refere-se a penalidade aplicada pela ANEEL em decorrência do atraso na execução do cronograma da obra dos parques (2018).
2. Ajuste no valor do perdão de dívida concedido pela GE a determinadas controladas da Companhia, nos termos do item 2.3 do instrumento particular de confissão de dívida assinado em 18 de agosto de 2017, líquido de PIS e COFINS.

17. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras				
Outras receitas financeiras	120	11	-	-
Despesas financeiras				
Encargos da dívida (nota 9.1)	(160.388)	(111.988)	(2.635)	(2.184)
Comissões e outras penalidades (dívida) ¹	(58.466)	-	-	-
Juros sobre fornecedores e impostos	(30.378)	(24.752)	(1.042)	-
Fiança bancária (nota 9)	(22.539)	(33.694)	-	-
Outras despesas financeiras	(698)	(7.449)	-	-
Total das despesas financeiras	<u>(272.469)</u>	<u>(177.883)</u>	<u>(3.677)</u>	<u>(2.184)</u>
Total	<u>(272.349)</u>	<u>(177.872)</u>	<u>(3.677)</u>	<u>(2.184)</u>

- (1) Refere-se substancialmente a valores devidos em função de inadimplemento de determinadas cláusulas do contrato de financiamento com o BNDES (Nota 9).

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(536.874)	(372.380)	(536.630)	(372.380)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	182.537	126.609	182.454	126.609
<u>Adições permanentes</u>				
Despesas não dedutíveis	(10)	-	-	-
Resultado da equivalência patrimonial	-	-	(181.238)	(125.867)
Efeito das controladas optantes pelo lucro presumido	8.128	-	-	-
Efeito dos impostos diferidos ativos não reconhecidos sobre:				
Provisões temporárias	(107.158)	(51.164)	(341)	-
Prejuízo fiscal e base negativa	(83.254)	(75.445)	(875)	(742)
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	<u>243</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

A Companhia não apurou lucro tributável nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e possui saldos de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social, nos montantes a seguir sobre os quais não foram constituídos tributos diferidos:

	Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018
Prejuízo fiscal do exercício	(2.574)	(2.184)
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de exercícios anteriores	(5.352)	(3.168)
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	<u>(7.927)</u>	<u>(5.352)</u>

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladoras mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações junto com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo nas rubricas de aplicações financeiras e fornecedores.

	Consolidado			
	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	18	1.355	18	1.355
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	206.480	153.547	206.480	153.547
Financiamentos	1.122.080	955.036	1.122.080	955.036
Partes relacionadas	7.127	1.873	7.127	1.873
Não circulante				
Partes relacionadas	51.951	4.816	51.951	4.816
	Controladora			
	Valor justo		Valor Contábil	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativos financeiros				
Não circulante				
Partes relacionadas	51.951	4.816	51.951	4.816
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	100	-	100
Financiamentos	23.123	19.446	23.123	19.446
Não circulante				
Partes relacionadas	51.951	4.816	51.951	4.816

b) Categorias de instrumentos financeiros

	Consolidado				Controladora	
	31/12/2019		31/12/2018		31/12/2019	31/12/2018
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Custo amortizado	Custo amortizado
Ativos financeiros						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	18	-	1.355	-	-	-
Não circulante						
Partes relacionadas	-	-	-	-	51.951	4.816
Passivos financeiros						
Circulante						
Fornecedores	-	206.480	-	153.547	-	100
Financiamentos	-	1.122.080	-	955.036	23.123	19.446
Partes relacionadas	-	7.127	-	1.873	-	-
Não circulante						
Partes relacionadas	-	51.951	-	4.816	51.951	4.816

c) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impactos a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos captados pela Diamantina apresentados na nota 9 possuem como contraparte BNDES, Bradesco, Itaú, Banco ABC e Citibank. As regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e sua controlada possuía um risco de mercado associado à TLP, TJ 6 e CDI.

d) Análise de sensibilidade

A tabela a seguir detalha a sensibilidade da Companhia e de suas controladoras à variação de 10% da exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros para 31 de dezembro de 2019. O percentual de 10% é a taxa média de sensibilidade utilizada para apresentar internamente os riscos a Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças destas taxas. A análise de sensibilidade inclui as aplicações financeiras e os empréstimos e financiamentos com o BNDES com taxas pós-fixadas.

A análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 estará em aberto durante todo o exercício seguinte. Um número negativo indica uma redução no resultado e no patrimônio líquido.

	Risco	Impacto no resultado e patrimônio
<u>Passivo financeiro</u>		
Empréstimo e financiamentos		
BNDES (Subcrédito "C")	Alta da TJ6	(1.979)
Outros empréstimos	Alta do CDI	(86)
		<u>(2.065)</u>

e) Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e das controladas em liquidarem as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira das companhias em cumprir

adequadamente os compromissos assumido, os fluxos de vencimento dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os financiamentos captados pela Companhia são apresentadas na nota 9.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo, patrimônio líquido negativo e apresentou prejuízo no exercício, possui prejuízos acumulados relevantes e protocolou pedido de recuperação judicial em 16 de outubro de 2019. A Administração detalhou seus planos na Nota 1 e entende que, com o sucesso do plano de recuperação judicial e das medidas mencionadas na referida Nota, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Companhia.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais é apresentado conforme quadro abaixo (consolidado):

	Consolidado		
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Total
<u>Instrumentos a taxa de juros</u>			
Financiamentos - principal e encargos	1.112.918	9.162	1.122.080

f) Gestão de capital (consolidado)

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Dívida de empréstimos, financiamentos e partes relacionadas	(1.181.158)	(961.725)
Patrimônio líquido negativo	(198.861)	181.033
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	18	1.355
Dívida líquida + Patrimônio líquido negativo	<u>(1.380.001)</u>	<u>(779.337)</u>

Os objetivos da Companhia e de suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

20. COBERTURA DE SEGUROS

Os quadros a seguir apresentam os principais valores em risco com coberturas de seguros:

Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência	
		Início	Fim
Garantia executante construtor (LER 2013)	R\$ 21.817	15/03/2018	21/10/2020
Garantia executante construtor (LIGHT I)	R\$ 27.648	28/04/2014	31/01/2021
Responsabilidade civil	R\$ 20.000	14/11/2014	01/12/2020
Risco de engenharia	R\$ 2.369.189	14/11/2014	01/12/2020

21. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante os exercícios de 2019 e 2018, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto as seguintes transações não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Nota explicativa	Consolidado		Controladora	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Aumento de capital com participação em investida		531	6.025	531	6.025
Aumento de capital com créditos para quitação de ativo imobilizado de controlada	6.1, 7, 15.2	109.099	-	109.099	-
Capitalização do adiantamento para futuro aumento de capital	6.1, 15.2	4.816	37.426	4.816	37.426
Redução de capital com entrega do ativo imobilizado	6.1, 7, 15.2	(7.912)	-	(7.912)	-
Aumento de capital com contribuição de ativos	6.1, 7, 15.2	176	-	176	-
Aquisição de ativo imobilizado - fornecedores	7	(595)	6.392	-	-
Direito de uso - Arrendamento	7.2	11.248	-	-	-
Amortização de financiamento com outras contas a pagar	9.1	(15.893)	-	-	-

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

22.1 Processo de recuperação judicial

A Controladora Renova Energia protocolou em 06 de julho de 2020 dois novos planos de recuperação judicial, sendo um plano referente exclusivamente as empresas do Complexo Alto Sertão III- Fase A, do qual a Companhia faz parte, e um segundo plano contemplando a controladora Renova Energia e as demais empresas controladas em recuperação judicial. O plano de recuperação judicial está sujeito a aprovação da Assembleia Geral de Credores prevista para ser realizada em outubro de 2020.

22.2 Oferta de financiamento

Conforme Fato Relevante divulgado em 27 de agosto de 2020, a controladora Renova Energia recebeu da Quadra Gestão de Recursos Ltda. e do sindicato constituído pela ARC Capital Ltda., da G5 Administradora de Recursos Ltda., e da XP Vista Asset Management Ltda. duas novas ofertas de financiamento na modalidade Debtor in Possession (DIP) para a conclusão das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III Fase A, bem como para despesas operacionais correntes do Grupo Renova.

Em 04 de setembro de 2020, o Conselho de Administração da controladora Renova Energia aprovou a aceitação da oferta realizada pela Quadra Gestão de Recursos Ltda. de financiamento na modalidade Debtor in Possession (DIP) de até R\$ 350.000, cujas condições precedentes incluem a aprovação na Assembleia Geral de Credores no âmbito do Processo de Recuperação Judicial em trâmite perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo/SP, conforme Fato Relevante divulgado em 08 de setembro de 2020.

A controladora Renova Energia se comprometeu com um período de exclusividade para a negociação satisfatória dos documentos da transação entre as partes. A transação faz parte da estratégia do Grupo Renova para o seu saudável soerguimento e cumprimento do seu plano de reestruturação, destinando os recursos obtidos com a transação especialmente para o reinício das obras do Complexo Eólico Alto Sertão III Fase A.

22.3 Suspensão PPA com a CEMIG GT

Conforme Comunicado ao Mercado divulgado em 21 de setembro de 2020, o Conselho de Administração da controladora Renova Energia aprovou a proposta realizada pela Cemig Geração e Transmissão S.A. para a suspensão das obrigações previstas no Contrato de Compra e Venda de Energia Eólica Incentivada (Light I) firmado com aquela sociedade e a

parte relacionada Renova Comercializadora em dezembro de 2013, vinculados ao Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A.

A suspensão perdurará até o início da operação comercial dos empreendimentos destinados ao Ambiente de Contratação Livre, previsto para dezembro de 2022 e está devidamente alinhada ao planejamento estratégico traçado para o saudável soerguimento do Grupo Renova e cumprimento do seu plano de reestruturação.

22.4 COVID-19 – Coronavírus - Impactos para a Companhia

A Companhia está acompanhando os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios e mercado de atuação, não sendo ainda possível estimar possíveis efeitos em sua situação patrimonial e resultados advindos da pandemia e da retração na atividade econômica.

Adicionalmente a retração macroeconômica decorrente do COVID-19 poderá também impactar o nosso processo de recuperação judicial em função de eventuais alterações nas condições de mercado para prospecção e obtenção de novos recursos para financiar as nossas operações, incluindo a conclusão dos parques eólicos.

De forma geral, a Companhia, em conjunto com a sua controladora implementou uma série de medidas de precaução para que seus colaboradores, clientes, fornecedores e demais públicos não se exponham a situações de risco, tais como: restrição de viagem nacionais e internacionais, utilização de meios de comunicação remota, home office etc.

* * *

Marcelo José Milliet
Diretor

Gustavo Henrique Simões dos Santos
Diretor

Gina Abreu Batista dos Santos
Contadora CRC 027321-O-BA